



Estatuto editorial da Revista do IAC – “Os Direitos da Criança”

A Revista do IAC – “Os Direitos da Criança”, uma publicação semestral gratuita, resulta da colaboração dos seus técnicos, e de outros autores convidados, que tem por objetivo sensibilizar para a importância dos direitos da criança e divulgar diferentes tipos de intervenção a todos os interessados.

A Revista do Instituto de Apoio à Criança destina-se aos técnicos das várias áreas relacionadas com crianças e jovens, professores, educadores e público em geral. Sendo um periódico interdisciplinar, pretende constituir um espaço privilegiado de interação entre diferentes áreas de conhecimento.

Publicação de artigos inéditos, sendo os autores convidados pela Direção do Instituto de Apoio à Criança, de acordo com uma programação. O autor de um artigo transferirá o copyright do artigo para a editora, mas poderá solicitar permissões para reimpressões ou outros usos.

Respeita os princípios consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança, de acordo com a missão do Instituto de Apoio à Criança que se assume como promotor dos Direitos da Criança, junto de diferentes entidades, instituições e da comunidade em geral, desenvolvendo esforços no sentido de apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal.

A Revista do Instituto de Apoio à Criança rege-se pelas seguintes normas de conduta:

Independência do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão, identificando-se com os valores da democracia pluralista e solidária.

Utilização de fotografias, documentos ou outros estudos publicados nos seus artigos, devidamente autorizados. No caso de se publicarem fotografias que permitam a identificação de crianças estarão devidamente autorizadas pelo encarregado de educação ou pelo seu responsável legal, permitindo a sua publicação.

Revisão cuidadosa de todos os textos ou imagens publicadas, de modo a não induzir em erro ou distorcer os factos.

Princípio da separação clara entre factos e opiniões: os primeiros são intocáveis e as segundas são livres.

Promoção e encorajamento do respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, com especial incidência aos Direitos da Criança.

Livre expressão de opiniões dos seus colaboradores, assim como dos seus leitores.

Assume o compromisso de assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa-fé dos leitores, nos termos nº 1 do artigo 17º da Lei de Imprensa.

Defesa da igualdade de direitos e deveres de género.

Cidadania, multiculturalismo e interculturalidade considerada como uma riqueza dos povos e um bem a respeitar, preservar e desenvolver.

Defesa do ambiente e sustentabilidade.

Rejeitam-se todas as formas de violência e de exclusão económica, social ou cultural, bem como todas as formas de racismo e de xenofobia.